

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 80

Data: 30 de Junho de 1984

Pg.: _____

FS 1 30-3-84

Governo quer arrendar terras em Carajás

Da Sucursal de Brasília

A Presidência da República vai encaminhar ao Congresso Nacional, nos próximos dias, um anteprojeto de lei que estabelece o sistema de arrendamento e aforamento (enfiteuse) de terras na área do Programa Grande Carajás. A idéia já foi aprovada pelo Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás e deverá agora ser debatida ao nível do Congresso Nacional, para dar respaldo político à proposta do governo.

A informação foi dada ontem pelo Secretário Executivo do Programa Grande Carajás, José Octávio Knaack de Souza, durante depoimento no primeiro Seminário sobre Política Mineral, promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Segundo José Knaack, só serão arrendadas e aforadas terras da União no Programa Grande Carajás, não estando ainda definidos critérios referentes a prazo, valores e tipos de empresas.

O secretário executivo do Programa Grande Carajás explicou que o governo vai enviar o anteprojeto ao Congresso Nacional para que os parlamentares apresentem também a sua contribuição, de modo a que não surjam desconfianças de que as terras estejam sendo entregues ao capital estrangeiro.

"Tem havido muita festa de que grupos estrangeiros estão querendo participar do Programa Grande Carajás, mas até agora nós não temos nenhuma proposta concreta de empresas estrangeiras", disse Knaack, explicando que até o momento, o minério de ferro, cobre e manganês

são de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, enquanto que o manganês de Buritirama pertence à mineração Colorado, uma empresa brasileira associada à Utah Mineração, dos Estados Unidos. Ele revelou também que o Projeto Ferro, que vem sendo executado pela CVRD, é o único que tem empréstimo externo avalizado pelo governo, "ainda assim amarrado a contratos de exportação".

Em seu depoimento, José Knaack revelou que o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás já aprovou investimentos da ordem de Cr\$ 22 trilhões (US\$ 17 bilhões) a serem aplicados em diversos projetos, numa área de 900 quilômetros quadrados, incluindo a usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O Secretário Executivo do Programa Grande Carajás revelou ainda que estão sendo mantidos entendimentos com o BID para obtenção de financiamento de um trabalho de sensoramento remoto e levantamento de detalhe (incluindo pesquisa de solo) na área do Programa Grande Carajás. Esse trabalho destina-se a levantar toda a potencialidade mineral e agrícola do Projeto e deverá ser executado num período de seis anos, ao custo de US\$ 40 milhões.

A proposta de arrendamento de terras em Carajás coloca em discussão, mais uma vez, a tendência de internacionalização de uma grande quantidade de jazidas minerais nos Estados do Maranhão e Pará. Quando foi elaborado, o Programa Grande Carajás previa investimentos globais da ordem de US\$ 37 bilhões, para

um retorno da ordem de US\$ 10 bilhões por ano.

Esse programa — o primeiro e único grande projeto do governo Figueiredo — foi considerado pelas autoridades econômicas como o projeto de rendição nacional, o que motivou a obtenção de inúmeros empréstimos externos para outros setores. Até mesmo dinheiro para fechar o balanço de pagamentos foi obtido no Exterior, na esperança de que "Carajás pague".

Mas a recessão internacional estancou os empréstimos para Carajás e, como o Brasil não tinha recursos para executar todos os projetos previstos, a CVRD começou a obter financiamentos externos como pagamento antecipado da exportação de minério de ferro e manganês.

Os demais projetos ficaram praticamente paralisados, uma vez que, até agora, não foram bem sucedidas as pressões das multinacionais no sentido de privatizar alguns deles, entre os quais os de cobre e manganês. As empresas multinacionais pressionaram também para adquirir as terras onde se localizam os empreendimentos minero-agrícolas de Carajás, destacando-se até mesmo um projeto de exploração agropecuária feito pelo conglomerado japonês Jica.

A proposta de arrendamento e aforamento de terras em Carajás pode ser uma nova carga das multinacionais para obter maiores vantagens do governo brasileiro, que não tem recursos para executar os demais projetos naquela região.